



COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-
2034 (PL 2614/24)

EMENDA Nº ____ / 2025

*Emenda Aditiva e Modificativa ao PNE,
referente à Estratégia 8.9 do Anexo do
Projeto de Lei.*

Estratégia 8.9. Modifica-se o trecho "merenda", substituindo-o por "alimentação", acrescentando-se novos elementos ao texto da **Estratégia 8.9 ao Objetivo 8** do Anexo do Projeto de Lei, para a seguinte redação:

“Estratégia 8.9. **Adequar cardápios** e ampliar a política de oferta da **alimentação** escolar e a **aquisição local de alimentos de povos indígenas, quilombolas, do campo, povos e comunidades tradicionais, por meio de chamadas públicas de compras** da agricultura familiar **específicas, reconhecendo a alimentação escolar como uma forma de autoconsumo tradicional**, respeitadas as características culturais, **inclusive de** alimentação, e as especificidades dos territórios **tradicionais**, indígenas e quilombolas, de forma a aprimorar os processos de aquisição e a apoiar os produtores locais, **e evitando a oferta de ultraprocessados.**”





JUSTIFICATIVA

A substituição do termo "merenda" por "alimentação escolar" na Estratégia 8.9 representa um avanço conceitual ao superar a noção assistencialista e restritiva que o primeiro termo carrega. Essa mudança reconhece a alimentação como parte integrante do projeto educativo, vinculada ao direito humano à alimentação adequada e à segurança e à soberania alimentar e nutricional, que deve dialogar com os saberes tradicionais sobre alimentação saudável e sustentável, especialmente nos territórios indígenas e quilombolas. Essa abordagem qualifica a relação entre escola e comunidade, transformando a aquisição de alimentos em estratégia de fortalecimento da economia local, da cultura alimentar e da educação nutricional, em consonância com os princípios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A alimentação escolar em terras indígenas e territórios quilombolas ainda é escassa e baseada em alimentos processados e ultraprocessados, em desrespeito às diretrizes por uma alimentação saudável e culturalmente adequada que orientam o PNAE. Além disso, são altos os custos logísticos, fazendo com que boa parte do orçamento destinado à alimentação escolar seja gasto com transporte e não na compra de alimentos. Por estas razões deve-se priorizar as compras locais

Esta emenda está sendo apresentada por sugestão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, juntamente com 17 entidades que compuseram a construção de seu caderno de emendas: Ação Educativa, ActionAid, Fineduca, CEDECA-CE, CNTE, Mieib, MST, REPU, Uncme, Undime, ÔAE, Fonec, Cátedra Unesco da UnB, IDDH, Aprendiz, AUE, ObsEM.

Sala da Comissão, [dia] de [mês] de 2025

Pedro Uczai
Deputado Federal

